

Moacir Werneck de Castro *

A melhor piada deste ano bissexto, até agora, é a notícia de que o índice de inflação caiu. Caiu 1,5%, dizem, deixando-nos num saudável patamar de 24% mensais, por aí. Tinha subido em janeiro devido ao caráter atípico do mês, sentenciam os economistas do governo.

Rejubilemo-nos, pois. Nada como uma boa dose de humor oficial. Tomadas da mais viva emoção, as velhinhas de Taubaté se convencem de que nesse andar a meta dos 2% mensais de inflação previstos para dezembro, conforme promessa ao FMI, não falha: é macuco no embornal, dizem elas em seu linguajar antigo.

Uma longa marcha começa com o primeiro passo, segundo Mao Zedong. No caso, o primeiro passo seria essa cifra de 1,5% com que nos brindam. Mas, e se voltar a sempre teimosa curva ascendente? Xô, pessimistas, eternos descrentes das potencialidades do nosso Brasil!

O problema com a euforia que se apossa das autoridades é que os indicadores amplamente divulgados não batem com a rudimentar mas implacável contabilidade da massa consumidora. Bem que ela gostaria de se incorporar

ao júbilo de cima, numa festa comum de foguetório e cerveja (qualquer delas). Mas não dá.

A economia tem segredos que só os especialistas entendem, ou fingem entender. O consumidor trabalha com outras armas. Tem parâmetros simples, mas seguros e confiáveis, para saber se economia vai bem ou vai mal. É obrigado a enquadrar num rígido orçamento mensal a quantidade e a qualidade dos bens e serviços que consome com sua família. A isso os franceses chamam *joindre les deux bouts* (juntar as duas pontas).

Ora, enquanto se anuncia que a inflação está caindo, ou caiu 1,5% em fevereiro, a evidência concreta da coluna "deve" apontar em sentido contrário. Os meios de comunicação vivem cheios de notícias sobre a loucura dos preços, que teimam em aumentar continuamente, do pão aos remédios, dos detergentes ao telefone, da carne às passagens aéreas, do sabonete às mensalidades escolares. Um correspondente de jornal americano, fazendo contas na ponta do lápis, concluiu que temos no Brasil uma inflação em dólar. A comparação entre os preços de 30/12/91 e os da semana passada, segundo tabela publicada pelo JB, assinala aumentos de até 160% nas vendas a varejo de produtos de uso obrigatório.

A Folha de S. Paulo registrou nos supermercados da capital paulista uma elevação média de 8,84% nos preços da cesta pesquisada, entre os dias 5 e 12 de fevereiro. Para maior angústia do consumidor, não há um mínimo de coerência no nível dos preços de uma mesma mercadoria. No caso do material escolar, constatou-se que a diferença chegava a 337% no Rio de Janeiro.

Os tecnocratas a serviço da política oficial esmagam o populacho ignaro com elucubrações deslumbrantes, provando por *a* mais *b* que tudo não passa de fenômenos conjunturais, quando não de delírios radicais ou intrigas da oposição. Mas o que não conseguem é deter a marcha desses fenômenos para alturas cada vez mais vertiginosas. Não são capazes de dizer — já nem falando nos oníricos 2% que prevêm para dezembro — quando a inflação irá se estabilizar num índice suportável.

Está em vigor uma política de dois pesos e duas medidas. O governo aumenta as tarifas de serviços públicos acima da inflação, com uma voracidade espantosa, e esses aumentos por sua vez contribuem para elevar a taxa de inflação. Ao mesmo tempo, resiste de pés juntos a aceitar que os salários acompanhem a alta inflacionária. A indexação, que poderia ser um elemento discipli-

nar, não funciona nem num caso nem no outro...

A mesquinha e a furiosa hostilidade do governo contra os aposentados e pensionistas, nessa questão dos 147%, são simplesmente assombrosas. Sai ministro, entra ministro, a cantilena é a mesma: não há dinheiro nos cofres públicos. E se os contribuintes, que de fato não têm dinheiro em cofre nenhum, entendessem, pela mesma lógica marota, de não pagar os tributos escorchantes que lhes são cobrados, com juros de mora e correção monetária? Numa campanha eleitoral de antigamente, um candidato à presidência da República, José Américo de Almeida, ficou popular graças ao lema: "Eu sei onde está o dinheiro!" Hoje todo mundo sabe como ele some: nas fraudes, na roubalheira, na sonegação.

Como confiar numa política feita de encomenda para agradar ao FMI e aos credores internacionais, se ela nos traz, a olhos vistos, a recessão, o desemprego (11,3% em janeiro, em São Paulo) e a miséria crescente? Que crédito podem merecer as promessas de desafogo a médio prazo, se em outros países da América Latina, onde essa política já foi ou está sendo aplicada, os resultados são a turbulência social e o descontentamento popular, inspirando soluções golpistas nos meios militares?

Acosado, o governo responde com a pergunta: "Mas e as alternativas? Onde as alternativas?" Este é um problema das altas lideranças políticas, que elaboram esquemas de salvação nacional; não do consumidor que vai ao supermercado fazer compras, se é que vai. Tudo se torna difícil num país como o nosso, onde não existe um sistema político-partidário bem estruturado, capaz de estabelecer canais seguros e permanentes de comunicação entre o povo e sua representação. Mas propostas têm sido apresentadas, sem sucesso: o governo se aferra à sua política econômica neoliberalizante e, quando pede a colaboração dos partidos, é para tentar amarrá-los nessa camisa-de-força.

Assim vamos, por paus e por pedras. Quando se chega a comemorar como um grande êxito a diferença, para menos, de 1,5% numa inflação persistentemente superior a 20% mensais — e isso por um governo que pensou liquidá-la de uma só vez, com um golpe de caratê —, é porque estamos enveredando pelo perigoso terreno da galhofa.